



**MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE
INDÍGENAS NÃO ALDEADOS EM CONTEXTO URBANO NA
CIDADE DO NATAL/RN (2024)**

Agosto/2024

MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE INDÍGENAS NÃO ALDEADOS EM CONTEXTO URBANO NA CIDADE DO NATAL/RN (2024)

APRESENTAÇÃO

O presente relatório técnico-científico analisou a situação de indígenas não aldeados que vivem em contexto urbano na cidade do Natal/RN (2024), explorando algumas dinâmicas territoriais, sociais e econômicas que produzem e atravessam o cotidiano e a vida material dessa população tradicional. Deste modo, a pesquisa de campo buscou identificar o número de famílias indígenas reconhecidas por lideranças e associações, mapeando os bairros em que vivem e tecendo um breve diagnóstico situacional e socioeconômico.

É preciso contextualizar esta problemática e apontar que os distintos, heterogêneos, dinâmicos e contraditórios processos de urbanização no Brasil têm levado a uma crescente migração de populações indígenas para áreas urbanas, geralmente para as zonas empobrecidas, periféricas, deprimidas ou de vulnerabilidade sócioespacial. Esses indígenas em contexto urbano – conhecidos também como não aldeados – enfrentam desafios singulares em comparação com aqueles que permanecem em aldeias tradicionais, já que a vida urbana transforma dinâmicas sociais e econômicas, impactando profundamente a vida material e as formas de sociabilidades dessas famílias.

No contexto brasileiro, essa transformação é particularmente complexa devido à diversidade étnico-cultural e às desigualdades históricas que permeiam nossa sociedade urbano-industrial de capitalismo periférico, de ofensiva burguesa sobre os povos tradicionais e da própria construção autoritária de nossa formação, ampliando o racismo estrutural e solidificando ataques as políticas de igualdade racial. Essas desigualdades estruturais terminam por segregar, invisibilizar e fragmentar os povos tradicionais, dificultando a coesão e a organicidade coletiva de formas políticas de luta organizada.

Eis que a migração de indígenas para as cidades é frequentemente motivada pela busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego. No entanto, essa transição não é isenta de dificuldades e expressa profundas desigualdades socioespaciais. Indígenas urbanos enfrentam desafios significativos, incluindo discriminação, pobreza urbana, invisibilidade e falta de acesso a serviços públicos adequados. Nesta perspectiva, este estudo visa explorar essas questões, fornecendo uma análise das condições de vida dos indígenas urbanos – em 2024 – na cidade do Natal.

A importância deste estudo reside na necessidade de compreender a complexidade das experiências indígenas no contexto urbano de Natal-RN para a formulação estratégica de políticas públicas de igualdade étnico-racial. Assim, buscamos identificar as lideranças dessas famílias indígenas na cidade e apontar suas espacialidades e condições de vida, contribuindo para um entendimento sistemático da problemática esboçada e informar futuras pesquisas e possibilidades de intervenções.

METODOLOGIA

A presente pesquisa de campo contou com financiamento da Prefeitura do Natal, sendo executada pela Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte – FUNCITERN, mediante convênio com a Secretaria Municipal de Igualdade Racial, Direitos Humanos, Diversidade, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência e Juventude – SEMIDH, através do Edital 004/2024/FUNCITERN. A pesquisa teve início em 01/03/2024 e término em 31/07/2024, totalizando 5 meses.

A pesquisa contou com o trabalho de 4 bolsistas de apoio técnico e 2 bolsistas com notório saber – lideranças indígenas –, responsáveis, respectivamente, por aplicar os formulários diretamente nas residências e mobilizar as famílias indígenas residentes em Natal/RN. A mesma teve caráter descritivo e quantitativo, investigando questões básicas sobre renda, educação, saúde pública, segurança pública e demais questões relacionadas à infraestrutura dos locais de residência.

Na realização da pesquisa de campo foram aplicados formulários *in loco*, com 23 questões – ver apêndice A. Os formulários foram aplicados com 52 famílias – 49 famílias Potiguara Mendonça e 3 famílias Tapuia Paiacu – e em 2 abrigos com indígenas venezuelanos da etnia Warao, que vivem em situação de refúgio. Todo o mapeamento contabilizou 204 pessoas e 3 grupos étnicos. Os dados foram tabulados através da estatística descritiva básica, e especializados em mapas através do software SIRGAS2000.

Assim, os dados a seguir têm representatividade amostral para as famílias Mendonça e para os Warao. A aplicação dos formulários com os Mendonça foi supervisionada por uma liderança desta etnia, disponibilizando nomes e endereços de todas as famílias residentes em Natal. Nem todas as famílias foram pesquisadas, já que alguns endereços estavam fechados no horário da pesquisa ou em função do desinteresse de algumas pessoas. Não obstante, das 60 famílias estimadas, quase todas (49) foram mapeadas.

Referente aos Warao, os dados são censitários e foram coletados com todos os refugiados que hoje residem na cidade, totalizando 13 famílias.

MAPEAMENTO E ESPACIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS INDÍGENAS EM NATAL-RN

- Mapeamento e Espacialização

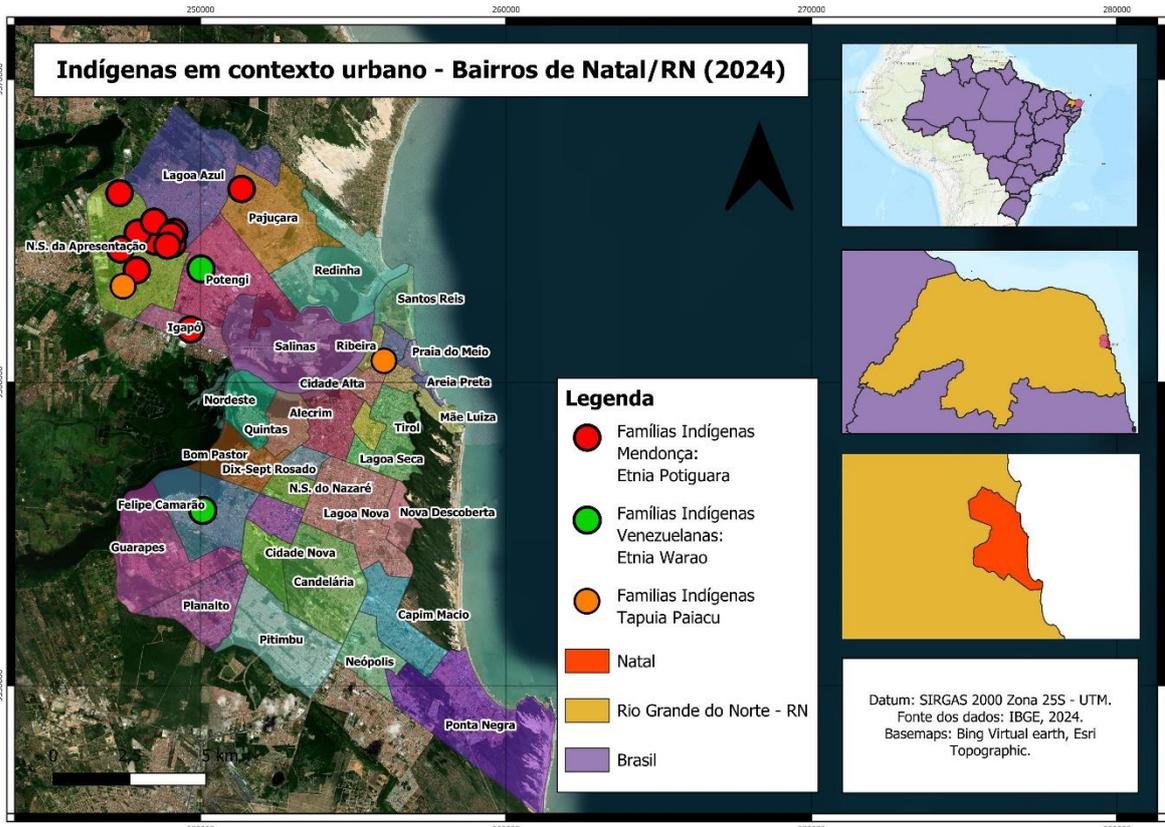
O movimento de populações indígenas para áreas urbanas no Brasil remonta a décadas, embora tenha se intensificado recentemente devido a fatores como expulsão de terras, processos de desmatamento e projetos de desenvolvimento que impactam negativamente as terras indígenas.

No caso específico deste mapeamento no RN, houve a migração dos indígenas Potiguara Mendonça da cidade de João Câmara – distante a 80 km da capital –, ainda nos anos oitenta, para a cidade do Natal, em função de conflitos de terra e, especificamente, de abalos sísmicos verificados naquela cidade (Guerra, 2007). Além disso, há na cidade do Natal a presença de outras etnias, sobretudo vindas do interior do RN. Nesta pesquisa, foi identificada também a etnia Tapuia Paiacu, vinda da cidade de Apodi/RN. Verificou-se também a presença de indígenas venezuelanos refugiados, da etnia Warao, vivendo de dois abrigos fornecidos pela Prefeitura do Natal.

Prontamente, este mapeamento identificou uma expressiva concentração de indígenas Mendonça na Zona Norte de Natal, especificamente em 3 bairros, destacando-se o Bairro Nossa Senhora da Apresentação. Foram mapeadas 52 famílias – 49 famílias Potiguara Mendonça e 3 famílias Tapuia Paiacu – e 2 abrigos com refugiados venezuelanos da etnia Warao. Todo o mapeamento contabilizou 204 pessoas desses 3 grupos étnicos.

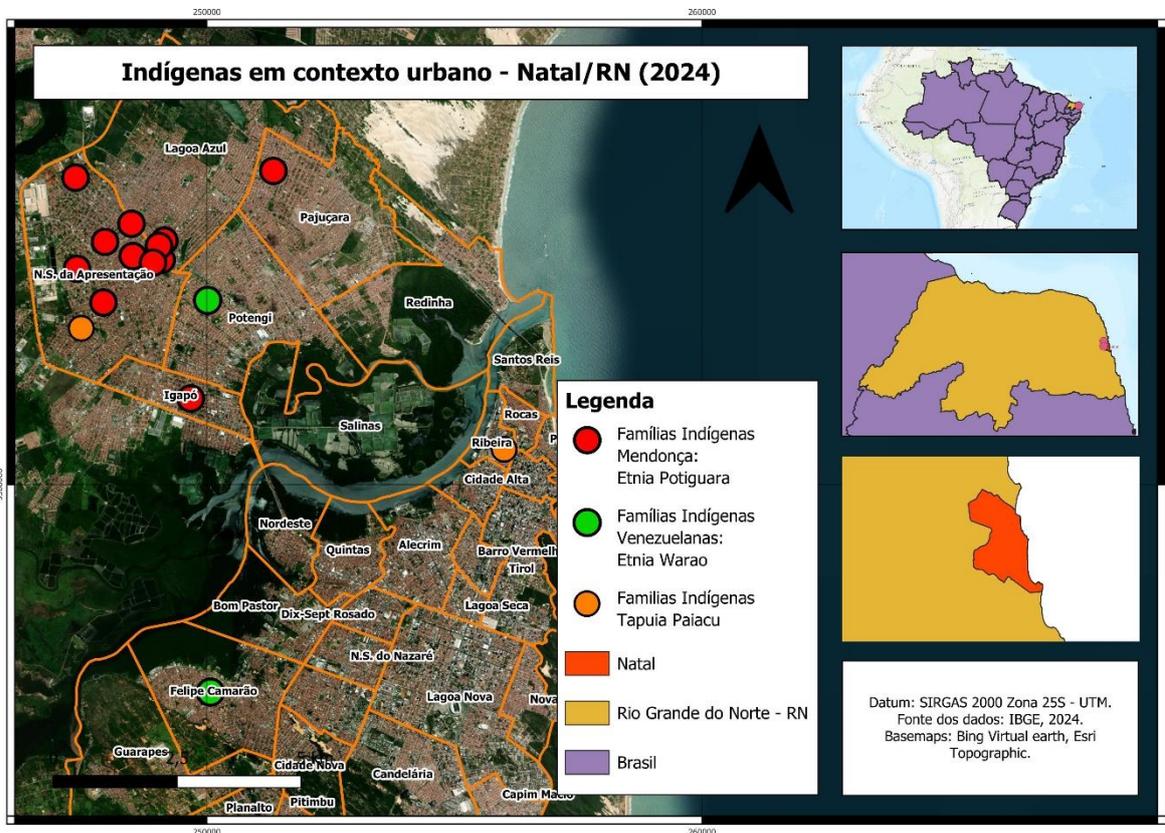
Os mapas 1A e 1B a seguir identificam e espacializam as áreas de residências dessas 52 famílias e abrigos Warao, notadamente concentradas nos bairros Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul e Igapó, todos na Zona Norte de Natal (exceto um abrigo específico, que fica na Zona Oeste).

As famílias Warao estão localizadas em dois abrigos, totalizando 49 pessoas. Um abrigo está no bairro Potengi, especificamente no Conjunto Santa Catarina e possui três famílias Warao, totalizando 19 pessoas. O outro abrigo está localizado no Bairro Felipe Camarão e abriga dez famílias Warao, com um total de 30 pessoas. Os mapas abaixo situam territorialmente os abrigos Warao e demais famílias Potiguara Mendonça e Tapuia Paiacu:



Mapa 1A: Indígenas em Contexto Urbano – Bairros de Natal/RN

Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores



Mapa 1B: Indígenas em Contexto Urbano – Bairros de Natal/RN

Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores

Especificando as famílias Warao, os quadros 01 e 02 a seguir apresentam o número de pessoas, idade e escolaridade.

Quadro 01: Abrigo Warao, Bairro Potengi

Abrigo Conjunto Santa Catarina 3 famílias no abrigo 19 pessoas: 13 crianças e 6 adultos		Liderança Warao: Mizael González Perez
Nome	Idade	Escolaridade
1. Paloma Gonzalez Perez	4 anos	Ensino fundamental incompleto
2. Mizuel Gonzalez Perez	6 anos	Ensino fundamental incompleto
3. Manuela Cherevalle Perez	11 meses	Sem escolaridade
4. Luca Jose Perez Cherevalle	3 anos	Sem escolaridade
5. Daniela Jose Perez Cherevalle	4 anos	Ensino fundamental incompleto
6. Jesus Perez Cherevalle	6 anos	Ensino fundamental incompleto
7. Cruz Perez Cherevalle	7 anos	Ensino fundamental incompleto
8. Elena Perez Cherevalle	10 anos	Ensino fundamental incompleto
9. Angel Perez Cherevalle	12 anos	Ensino fundamental incompleto
10. Eglesia Perez Perez	14 anos	Ensino fundamental incompleto
11. Michele Gonzalez Perez	15 meses	Sem escolaridade
12. Umelí Gonzales Perez	10 anos	Ensino fundamental incompleto
13. Michelene Gonzalez Perez	8 anos	Ensino fundamental incompleto
14. Yesenia Cherevalle	33 anos	Ensino fundamental incompleto
15. Mucelia Perez	53 anos	Ensino fundamental incompleto
16. Cecilio Perez Perez	51 anos	Ensino fundamental incompleto
17. Yesenia	26 anos	Ensino fundamental incompleto
18. Inicásio Jose Perez	33 anos	Ensino fundamental incompleto
19. Mizael Gonzalez Perez	29 anos	Ensino fundamental incompleto

Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores.

Quadro 02: Abrigo Warao, Bairro Felipe Camarão

Abrigo Felipe Camarão 10 famílias no abrigo 30 pessoas: 12 crianças e 18 adultos		Liderança Warao Edgar Gonzalez
Nome	Idade	Escolaridade
1. Paulina Naromi Gonzalez Perez	5 anos	Sem escolaridade
2. Yanso Cordero Perez	9 meses	Sem escolaridade
3. Antonio Javier Perez	10 anos	Ensino fundamental incompleto
4. Yudaini Andreina Perez Perez	13 anos	Ensino fundamental incompleto
5. Berneliz Perez	8 anos	Sem escolaridade
6. Ebely Gonzalez Perez	20 meses	Sem escolaridade
7. Emily Gonzalez Perez	4 anos	Sem escolaridade
8. Noel Gonzalez Perez	5 meses	Sem escolaridade
9. Elva Maria Moya Perez	3 anos	Sem escolaridade
10. Esica del Valle Cordero	8 anos	Ensino fundamental incompleto
11. Juan Gonzalez David Cordero	5 anos	Ensino fundamental incompleto
12. Umel Perez	8 anos	Sem escolaridade
13. Sixto Cordero	46 anos	Sem escolaridade
14. Rosa Carmen Cordero Cordero	60 anos	Sem escolaridade
15. Luis Cordero Perez	73 anos	Sem escolaridade
16. Yanira Josefina Cordero Cordero	18 anos	Ensino fundamental incompleto
17. Liceo Perez	43 anos	Ensino médio incompleto
18. Edgar Gonzalez	28 anos	Ensino fundamental incompleto
19. Bernalda del Valle Perez Perez	26 anos	Sem escolaridade
20. Orlando Perez	55 anos	Sem escolaridade
21. Noris Perez	43 anos	Sem escolaridade
22. Aurora Perez	71 anos	Sem escolaridade
23. Elva Perez	54 anos	Sem escolaridade

24. Tomas Moya	51 anos	Sem escolaridade
25. Juan Carlos Gonzalez Perez	28 anos	Sem escolaridade
26. Yasica del Valle Cordero Cordero	24 anos	Ensino fundamental incompleto
27. Efrain Daniel Valdiviezo Medina	25 anos	Sem escolaridade
28. Celenica Perez	24 anos	Sem escolaridade
29. Adulto ausente	-	-
30. Adulto ausente	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores.

As famílias Potiguara Mendonça e Tapuia Paiacu estão especificamente concentradas em três bairros da Zona Norte. O quadro 03 aponta o representante familiar responsável por responder o questionário, sua etnia e o número de familiares que vivem em sua residência.

Quadro 03: Total de Famílias Entrevistadas: Potiguara Mendonça, Tapuia Paiacu e Warao

Representante	Etnia	Número de membros
Francisca Cláudia de Gois	Potiguara Mendonça	3
José Barbosa de Gois	Potiguara Mendonça	2
Francisca Francineide de Gois	Potiguara Mendonça	2
Adriana Valença de Gois	Potiguara Mendonça	3
Francisca de Gois	Potiguara Mendonça	3
Marlene Barbosa	Potiguara Mendonça	3
Maria Nascimento da Silva	Potiguara Mendonça	3
Clidenor Barbosa do Nascimento Júnior	Potiguara Mendonça	3
Monique Clair Silva do Nascimento	Potiguara Mendonça	4
Higor Valencia de Lima	Potiguara Mendonça	2
Maria José de Lima	Potiguara Mendonça	3
Aline Barbosa do Nascimento	Potiguara Mendonça	4
Ednalva de Gois Barbosa	Potiguara Mendonça	4
Aldenize de Gois Barbosa	Potiguara Mendonça	2
Denizia Bezerra da Silva	Potiguara Mendonça	2
Maria Soares de Melo	Potiguara Mendonça	3
Francisca Barbosa	Potiguara Mendonça	3
Alan Nascimento da Silva	Potiguara Mendonça	8
Alisson John Nascimento da Silva	Potiguara Mendonça	1
Aladine Nascimento da Silva	Potiguara Mendonça	3
Pedro de Lima	Potiguara Mendonça	1
Ana Maria Rodrigues de Souza	Potiguara Mendonça	7
Francisco Berenilson Soares de Melo	Potiguara Mendonça	1
Erika Janaína Valencia de Lima	Potiguara Mendonça	3
Francisca Nascimento da Silva	Potiguara Mendonça	1
Edna Nascimento de Gois	Potiguara Mendonça	3
Romildo do Nascimento	Potiguara Mendonça	1
Maria Aparecida Rodrigues	Potiguara Mendonça	6
Francisco Berecleiton Soares de Melo	Potiguara Mendonça	2
Damião Rodrigues de Souza	Potiguara Mendonça	8
Damiana Pedro do Nascimento	Potiguara Mendonça	4
João Barbosa	Potiguara Mendonça	2
Artur Silva Barbosa	Potiguara Mendonça	3
José Carlito Rodrigues	Potiguara Mendonça	5
Maria Betânia Soares de Melo	Potiguara Mendonça	1
Rosicleide Soares da Silva	Potiguara Mendonça	2
Rozineide Soares da Silva	Potiguara Mendonça	3

Anacleto Barbosa	Potiguara Mendonça	2
Thaise de Gois Barbosa	Potiguara Mendonça	3
Francisca de Lima Raimunda	Potiguara Mendonça	4
Francisca Daniela Pedro Nascimento	Potiguara Mendonça	1
Kelly do Nascimento	Potiguara Mendonça	5
Pedro Barbosa	Potiguara Mendonça	2
Rosana Isabel do Nascimento	Potiguara Mendonça	2
Cremildo Soares da Silva	Potiguara Mendonça	3
Roberto Barbosa da Silva	Potiguara Mendonça	3
Francisco Soares do Nascimento	Potiguara Mendonça	3
Jardeane Silva Barbosa	Potiguara Mendonça	5
José Osian Batista da Costa	Potiguara Mendonça	4
Roseane Maria Costa	Tapuia Paiacu	1
Josimar Rocha Fernandes	Tapuia Paiacu	1
Joselma Rocha Fernandes	Tapuia Paiacu	2
Mizael Gonzalez Perez	Warao	19
Edgar Gonzalez	Warao	30
Total		204

Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores.

Situando essas famílias a partir da análise dos mapas 1A e 1B, podemos inferir que territorialmente há uma concentração desses indígenas urbanos nos bairros periféricos da cidade, justamente – mas não decisivamente – fora dos espaços culturais (valorizados pela dinâmica capitalista) de sociabilidade das classes médias e das elites locais. Ao mesmo tempo, estas áreas possuem as maiores deficiências em infraestruturas de serviços como saúde, educação, infraestrutura e segurança pública. Conseqüentemente, os espaços de violência urbana (particularmente nas zonas norte e oeste) são acentuados nesses loteamentos e conjuntos habitacionais de baixo desenvolvimento socioespacial (Costa et al, 2018).

Os Warao estão exatamente nas zonas Norte e Oeste, exatamente as zonas com baixo desenvolvimento socioespacial e maior pobreza urbana. Usando as palavras do geógrafo Milton Santos (2009), a pobreza urbana é uma situação estrutural, na qual os indivíduos com uma posição inferior dentro da sociedade sobrevivem à margem das possibilidades de como o capital é aplicado, da organização das modernas atividades econômicas e da intensidade de tecnologia utilizada. A área em estudo sobrevive através do que Milton Santos chamou de circuito inferior da economia urbana, formado por diferentes tipos de pequeno comércio – sobretudo informal –, e da produção e circulação de bens manufaturados de capital não intensivo.

Diante do número de famílias e da espacialização dos bairros em que vivem, percebe-se que os indígenas em Natal vivenciam e enfrentam as condições socioeconômicas precárias desta pobreza urbana. Neste mapeamento, foi constatado altos níveis de desemprego e subemprego, além de precariedade habitacional coexistindo junto a áreas de lixões, alagamentos e vias férreas. Além disso, a discriminação étnico-racial é uma barreira significativa para o acesso a oportunidades de trabalho dignas e a serviços públicos de

qualidade, sobretudo para os refugiados Warao. Os dados a seguir apontam e analisam esta problemática.

Diagnóstico Socioeconômico e Territorial

Os dados coletados em campo revelaram profundas desigualdades socioambientais, territoriais e econômicas dentre as famílias indígenas estudadas. Desigualdades referentes ao acesso à saúde coletiva e à segurança pública, insegurança alimentar e, principalmente, oportunidades de renda marcaram o diagnóstico situacional dos sujeitos deste estudo. O estudo empírico verificou como a exclusão dessas famílias – ou mesmo sua forma de “inclusão precária” (MARTINS, 1997) – se consolida como um vetor de pobreza urbana, de racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e de rotinização de práticas sociais com objetivos desumanizantes autonomizados (HONNETH, 2008). Daí que é preciso que o conjunto dos dados a seguir seja lido como um quadro estrutural e histórico de carências e demandas urgentes para essas famílias.

A tabela 01 a seguir traz um retrato das variáveis *renda* e *ocupação profissional*, sendo marcadores estruturais do quadro sistêmico de pobreza urbana experimentado por essas famílias.

Tabela 01: Renda e Ocupação Profissional

Renda Mensal Familiar	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Até 0,5 salário-mínimo	23	42,6
De 0,5 até 1 salário-mínimo	21	38,9
De 1 até 1,5 salários-mínimos	4	7,4
De 1,5 a 2 salários-mínimos	3	5,6
De 2 a 5 salários-mínimos	2	3,7
Acima de 5 salários-mínimos	-	-
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
Total	54	100
Atividade Básica de Subsistência Ocupação Profissional	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Agricultura	-	-
Pesca	-	-
Indústria	3	5,6
Comércio e Serviços	4	7,4
Serviço Público	1	1,9
Turismo	-	-
Trabalho autônomo, prestação de serviço, setor informal	18	33,3
Aposentado(a)	5	9,3
Sem renda/desempregado	25	46,3
Beneficiário de Programa Social de Renda	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Sim	29	53,7
Não	25	46,3
Total	54	100

Importância da Renda do Programa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Muito importante	27	93,1
Importante	2	6,9
Indiferente/Regular	-	-
Pouca importância	-	-
Nenhuma importância	-	-
Total	29	100

Fonte: Pesquisa de Campo

A tabela 01 acima pode ser resumida em famílias de baixa renda, sem renda ou vivendo de trabalhos informais, fortemente dependentes da transferência de recursos de programas sociais. Trata-se também de uma situação ocupacional dependente de trabalhos informais, desregulamentados, de contrato temporário, atípico, subprecarizado, intermitente, cuja incerteza e flexibilidade de renda terminam por suprimir do trabalhador qualquer possibilidade de narrativa de vida estável.

A primeira constatação verificada na tabela acima foi a renda. 80% das famílias estudadas vive com renda de até 1 salário mínimo, tendo aproximadamente 40% que sobrevive com renda inferior a ½ salário mínimo. Ainda referente a renda, mais da metade é dependente de programas de renda básica, especialmente o Bolsa Família, do Governo Federal, que foi o programa citado em 100% das respostas daqueles beneficiários. Sabe-se que, segundo o IPEA (2019), o programa se tornou uma peça fundamental no sistema de proteção social brasileiro, sendo um reforço na redução da pobreza. Não obstante, para o IPEA, o que impede que o Programa seja mais eficaz no combate à pobreza e à desigualdade é o valor modesto dos benefícios. Este valor precisará aumentar para que cumpra sua vocação de garantir uma renda mínima aos mais pobres.

A insegurança na renda desemboca na precariedade do problema estrutural da insegurança alimentar e nutricional. Esta questão compreende a falta de acesso a uma alimentação adequada, condicionada, predominantemente, às questões de renda (BEZERRA et al, 2020).

A tabela 02 abaixo mostra a problemática da insegurança alimentar dentre essas famílias:

Tabela 02: Insegurança Alimentar

Nos últimos três meses, alguém da sua família teve preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Sim	39	72,2
Não	15	27,8
Total	54	100

Nos últimos três meses, alguém da sua família sofreu fome alguma vez, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Sim	30	55,6
Não	24	44,4
Total	54	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Dentre as famílias indígenas captados neste estudo, aproximadamente 72,2% teve a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais, culminando em 55,6% em que alguém sofreu fome alguma vez, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida. Conforme pontua Bezerra et al (2020), essa insegurança alimentar é um revelador da vulnerabilidade social – de infraestrutura, capital humano, renda e trabalho –, demonstrando sua instauração nos territórios onde há possível violação de direitos básicos, o que impacta na falta de acesso a alimentos.

A pesquisa verificou ainda que essas comunidades vivenciam um cotidiano de profunda carência referente a infraestrutura básica e serviços em geral. A tabela 03 a seguir descreve as principais carências verificadas ao longo do estudo, apontando as carências e a precariedade estrutural vivenciadas nesses bairros. Excetuando-se a coleta de lixo e o abastecimento de água – que foram bem avaliados –, faltam no bairro ou existem precariamente transporte público regular, ruas bem pavimentadas, postos policiais funcionando, iluminação pública eficiente e equipamentos públicos de lazer e cultura.

Tabela 03: Infraestrutura e Serviços

Percepção/Avaliação sobre a qualidade da educação pública no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Ótimo	2	3,7
Bom	4	7,4
Regular	9	16,7
Ruim	12	22,2
Péssimo	27	50
Não sei ou prefiro não informar	-	-
Total	54	100
Percepção/Avaliação sobre a qualidade da saúde pública no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Ótimo	-	-
Bom	3	5,6
Regular	2	3,7
Ruim	12	22,2
Péssimo	36	66,7
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
Total	54	100
Percepção/Avaliação sobre a rede pública de água no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Ótimo	2	3,7
Bom	18	33,3
Regular	7	13
Ruim	11	20,4
Péssimo	15	27,8
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
Total	54	100

Percepção/Avaliação sobre a coleta de lixo no bairro		
Ótimo	28	51,9
Bom	22	40,7
Regular	2	3,7
Ruim	-	-
Péssimo	1	1,9
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
Total	54	100
Percepção/Avaliação sobre a qualidade do transporte público no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Ótimo	-	-
Bom	2	3,7
Regular	5	9,3
Ruim	8	14,8
Péssimo	38	70,4
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
Total	54	100
Percepção/Avaliação sobre a qualidade da iluminação pública no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Ótimo	-	-
Bom	12	22,2
Regular	5	9,3
Ruim	21	38,9
Péssimo	16	29,6
Não sei ou prefiro não informar	-	-
Total	54	100
Percepção/Avaliação sobre a qualidade da pavimentação das ruas no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Ótimo	1	1,9
Bom	9	16,7
Regular	5	9,3
Ruim	17	31,5
Péssimo	21	38,9
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
Total	54	100
Percepção/Avaliação sobre a qualidade das praças e espaços de lazer no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Ótimo	-	-
Bom	1	1,9
Regular	3	5,6
Ruim	9	16,7
Péssimo	39	72,2
Não sei ou prefiro não informar	2	3,7
Total	54	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Verifica-se que a área ainda está imersa num quadro espacial de grande vulnerabilidade socioambiental e de pobreza urbana. Segundo Silva, Brito e Moraes (2019), no Bairro Nossa Senhora da Apresentação – principal bairro deste estudo e que concentra a maior parte das famílias captados pelo mapeamento –, é possível verificar que há uma concentração de assentamentos populares – denominados pelo IBGE de *aglomerados subnormais*¹ – onde a população predominantemente de baixa renda se instala sem um planejamento prévio.

¹ Nesta pesquisa foi identificado dentre os entrevistados que os domicílios são predominantemente próprios, independente da qualificação jurídica da posse do terreno. 81,5%, ou seja, 44 domicílios, são próprios e quitados; 9,25% são alugados e 9,25% são próprios em financiamento.

Eis que o bairro Nossa Senhora da Apresentação caracteriza-se como um território de violência em meio ao ambiente de medo, carregando as marcas de um tipo problemático de organização espacial e de uma alta densidade demográfica, que caracteriza o bairro como populoso e com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH): das 79.759 pessoas que habitam esse bairro, 77% vivem com menos de um salário mínimo por mês, de acordo com a SEMURB (Silva, Brito e Morais, 2019).

Sobre esse IDH, aqui destacamos duas questões específicas que no campo foi identificado. 35,2% das crianças não frequenta a escola, de um total de 19 famílias que informaram possuir essa lacuna. Isso inclusive entra em contradição com os dados relativos aos programas de renda social, cuja matrícula escolar é requisito obrigatório para a manutenção do benefício.

Igualmente, foi verificado que, para 92,6% dos entrevistados, agentes comunitários de saúde não visitam suas casas. Isso mostra como a invisibilidade dessas famílias se traduz nessas áreas periféricas, cuja inatividade do Estado se mostra naturalizada e reproduzida de forma sistêmica. Certamente por isso os casos de suicídio (9,3%) e alcoolismo (14,8%), aqui coletados na pesquisa de campo, apresentem-se apenas como números frios desta realidade tão vulnerável social, ambiental e economicamente.

A tabela 04 mostra o quadro de vulnerabilidade socioambiental presente no campo:

Tabela 04: Vulnerabilidade socioambiental e situação de risco

Vulnerabilidade socioambiental e situação de risco	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Alagamentos/enchentes	25	51
Deslizamentos/desbarrancamentos	1	2
Área próxima à lixões	26	51,3
Faixa de domínio de rodovias/ferrovias	15	30,6
Próxima a linhas de transmissão de alta tensão	11	22,4
Assentamento precário (favelas)	3	6,1

Fonte: Pesquisa de Campo

As famílias vivem próximas às áreas de alagamento, ferrovias, linhas de alta tensão e, sobretudo, em áreas próximas a lixões. A tabela acima desenha esse processo de vulnerabilidade socioambiental e destaca principalmente a questão de que essas comunidades tradicionais coabitam áreas de alagamentos, próximas a faixas de rodovias e lixões, além de assentamentos precários. Essa degradação das condições materiais de vida é sustentada e naturalizada pelo que Filgueira (2021) resgata como racismo ambiental, categoria articulada com as noções de cidadania, biopolítica e a racialidade. Para o autor, o racismo ambiental se atesta no vácuo de cidadania e na materialização da biopolítica, servindo para a compreensão das assimetrias

étnicas estruturantes da organização espacial, no qual a distribuição das territorialidades urbanas e rurais é determinada pelo alijamento do segmento étnico indesejado.

Como dados importantes para a análise da segurança pública, a tabela 05 acima mostra como a problemática do consumo e do tráfico de drogas se faz presente no cotidiano dessas famílias, além da dinâmica da violência patrimonial, dada por vandalismo, extorsão, furtos e roubos.

Tabela 05: Segurança Pública

Presença de posto policial no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Sim	52	96,3
Não	1	1,9
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
Total	54	100
Situação – direta ou indireta – de violência policial	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Sim	8	14,8
Não	44	81,5
Não sei ou prefiro não informar	2	3,7
Total	54	100
Problemas de segurança pública presentes no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Uso de substâncias ilícitas (drogas)	33	61,1
Tráfico de drogas	37	68,5
Vandalismo	9	16,7
Extorsão	8	14,8
Furtos e roubos	36	66,7

Fonte: Pesquisa de Campo

Ao avaliar a segurança pública, mais de 95% das famílias indígenas entrevistadas informaram não ter posto policial no bairro, além de quase 15% já ter passado ou conhecer alguém que já passou por alguma situação de violência policial. Isso mostra como esses espaços são marginalizados e abandonados pelo Estado. Isso se faz orgânico de um quadro estrutural de violência institucional no qual essas famílias são expostas. Violência(s) são sistematicamente perpetradas contra essas populações negras, periféricas, subalternizadas e invisibilizadas, de modo que a omissão do Estado passa a autorizar, não oficialmente, todas as formas de exclusão, preconceito e violência, sobretudo policial. Assim, igualmente preocupante é o uso de substâncias ilícitas percebidas pelos respondentes (61%), além da percepção sobre o tráfico de drogas (68%). Logo, a degradação das condições de vida dessas famílias, e sua consequente naturalização e invisibilização, culmina num quadro de racismo ambiental marcante (FILGUEIRA, 2021).

Em síntese, a pobreza urbana é um quadro estrutural visível dentre essas famílias indígenas periféricas na cidade do Natal. Muitos indígenas urbanos residem em moradias

inadequadas, sem acesso a saneamento básico, água potável e eletricidade. Isso contribui para a perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão social, além da própria discriminação étnica.

A falta de acesso à educação de qualidade também é um problema recorrente, com muitas crianças indígenas enfrentando dificuldades para se adaptar ao sistema educacional convencional, que raramente considera suas necessidades culturais e linguísticas específicas, sobretudo considerando a situação os refugiados Warao.

Para alterar minimamente esse quadro, é necessária a implementação integrada de políticas públicas de gestão, que envolvam ações conjuntas nos setores de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento e saúde e que visem à promoção e à proteção da saúde das comunidades tradicionais e ao enfrentamento dos fatores que evidenciam sua vulnerabilidade (RAZZOLINI, GUNTHER, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as políticas públicas voltadas para as populações indígenas no Brasil visavam integrar os indivíduos dentro da racionalidade urbano-industrial hegemônica, muitas vezes em contradição com as identidades culturais, modos de vida e formas de sociabilidades. Apesar de a Constituição de 1988 garantir um reconhecimento formal dos direitos indígenas, incluindo o direito à terra e à preservação cultural, no entanto, esses direitos nem sempre são respeitados, levando muitos indígenas a migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida. Os processos migratórios têm sido frequentemente estratégias de sobrevivência diante da violência estrutural, dos conflitos de terras e da falta de recursos nas áreas tradicionais originárias.

Em suma, a implementação de políticas públicas eficazes é essencial para melhorar as condições de vida dos indígenas urbanos. No entanto, a maioria das políticas atuais não aborda adequadamente as necessidades específicas dessa população. Há uma falta de reconhecimento oficial das comunidades indígenas urbanas, o que resulta em uma ausência de programas e serviços direcionados.

A Constituição Federal de 1988 garante direitos aos povos indígenas, mas a aplicação desses direitos em contextos urbanos é limitada em função de:

- a) Conflitos de interesses, sobretudo quando se trata da demarcação de terras indígenas e reconhecimento étnico, fragmentando e polarizando lideranças, grupos e famílias;
- b) Alto grau de pobreza urbana, traduzindo-se em limitados capitais cultural e social e, portanto, menor capacidade organizativa;

- c) Dificuldade de identificação geográfica de alguns grupos e famílias, principalmente quando dispersos no território e sem vínculo político com associações de classe.

Esta pesquisa conseguiu identificar essas famílias e apontar alguns de seus problemas mais urgentes. Agora, passa a ser necessária a criação de políticas específicas para esses indígenas urbanos, que incluam acesso a moradia digna, educação, saúde, renda e segurança pública, fatores cruciais para assegurar a inclusão social e econômica dessa população. Além disso, é necessário promover o reconhecimento oficial de alguns membros dessas comunidades, garantindo maior participação ativa na formulação e implementação de políticas públicas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BEZERRA, M. S. et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. Ciênc. saúde coletiva 25 (10) 28 Set 2020Out 2020.

COSTA, D. B. Educação escolar indígena no Território Mendonça Potiguara. 2023. 111 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

COSTA, J. H. et al. Spatial distribution (2015-2017) of homicides in the city of Natal/RN (Brazil) and its (non)relations with touristic areas. International Journal of Safety and Security in Tourism/Hospitality, Universidad de Palermo, n. 19, 2018.

FILGUEIRA, A. L. S. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 15, n. 2, ago/2021.

GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Diagnóstico Situacional e Socioterritorial para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Natal. Secretaria de Estado das Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEMJIDH), 2024. Disponível em: <http://www.semjidh.rn.gov.br/>

GUERRA, J. G. A. Mendonça do Amarelão: os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte. Dissertação – Mestrado em Antropologia, UFPE, 2007.

HONNETH, A. Observações sobre a reificação. Civitas: Revista De Ciências Sociais, 8(1), 68–79, 2008.

IPEA. Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

LIMA, C. L. S.; MUÑOZ, J. G. (Org.). Os Warao no Brasil: diáspora, políticas e direitos indígenas. Mossoró - RN: Edições UERN, 2022, v. 1, p. 1-299.

LIMA, C. L. S. Indígenas na cidade [recurso eletrônico]: os Kalabaças, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Crateús. Recife: Ed. UFPE. (Coleção Etnicidade). 2020.

MARTINS, J. de S. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

OLIVEIRA, R. C. O índio e o mundo dos brancos (1964). São Paulo: Pioneira, 1972.

OLIVEIRA, J. P. A presença indígena no Nordeste: processos de desterritorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2011.

RAZZOLINI, M. T. P.; GÜNTHER, W. M. R. Impactos na Saúde das Deficiências de Acesso a Água. Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.1, p.21-32, 2008.

SANTOS, M. Pobreza Urbana. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS JÚNIOR, V. Os índios Tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado. 2008.

SILVA, E. D.; BRITO, M. C.; MORAIS, H. A. A violência no bairro Nossa Senhora da Apresentação em Natal/RN: uma análise da constituição do território da violência em ambiente de medo. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 8, N. 1, 2019.

SILVA, E. A.; BARBOSA, R. B. Os Warao em Mossoró: Notas etnográficas dos primeiros contatos e estranhamentos. REVISTA TURISMO ESTUDOS E PRÁTICAS, v. 05, p. 1-9, 2020.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

Todas as informações aqui coletadas são confidenciais, protegidas por sigilo e usadas exclusivamente para fins estatísticos, conforme estabelece a legislação pertinente.

Nome do Entrevistado: _____
Endereço
Bairro: _____
Conjunto/Loteamento: _____
Rua: _____
Número do domicílio: _____
Número de pessoas na família: _____
Pertencimento étnico: _____

1) Qual a renda média mensal da família?

1. () Nenhuma renda
2. () Até 0,5 salário-mínimo
3. () De 0,5 até 1 salário-mínimo
4. () De 1 até 1,5 salários-mínimos
5. () De 1,5 a 2 salários-mínimos
6. () De 2 a 5 salários-mínimos
7. () Acima de 5 salários-mínimos
8. () Não sei ou prefiro não informar

2) Qual a atividade básica de subsistência da família? (pode marcar mais de uma alternativa)

1. () Agricultura
2. () Pesca
3. () Indústria
4. () Comércio e serviços
5. () Serviço público (Estado, município ou União)
6. () Turismo
7. () Trabalho autônomo(a), prestação de serviço, setor informal (sem carteira de trabalho assinada)
8. () Somente programa social de renda
9. () Aposentado(a)
10. () Sem renda / Desempregado

3) É beneficiário de algum programa social de renda?

1. () Sim Caso sim, qual? _____
2. () Não Caso sim, quantas pessoas na sua casa têm o benefício? _____
3. () Não sei ou prefiro não informar

4) Caso sim, qual a importância desses programas sociais para a renda da sua família?

1. () Muito importante
2. () Importante
3. () Indiferente
4. () Pouca importância
5. () Nenhuma importância
6. () Não sei ou prefiro não informar

5) Nos últimos três meses, alguém da sua família teve preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

1. () Sim 2. () Não

6) Nos últimos três meses, alguém da sua família sofreu fome alguma vez, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?

1. () Sim 2. () Não

7) Como você avalia a educação pública no seu bairro?

1. Ótimo
2. Bom
3. Indiferente
4. Ruim
5. Péssimo
6. Não sei ou prefiro não informar

8) Há crianças na sua família que não frequentam a escola?

1. Sim
2. Não

9) Como você avalia a situação da saúde pública em seu bairro?

1. Ótimo
2. Bom
3. Indiferente
4. Ruim
5. Péssimo
6. Não sei ou prefiro não informar

10) Agentes comunitários de saúde visitam mensalmente sua casa?

1. Sim
2. Não
3. Não sei ou prefiro não informar

11) Como você avalia a situação do transporte público em seu bairro?

1. Ótimo
2. Bom
3. Indiferente
4. Ruim
5. Péssimo
6. Não sei ou prefiro não informar

12) Como você avalia a iluminação pública em seu bairro?

1. Ótimo
2. Bom
3. Indiferente
4. Ruim
5. Péssimo
6. Não sei ou prefiro não informar

13) Como você avalia a pavimentação (calçamento) das ruas em seu bairro?

1. Ótimo
2. Bom
3. Indiferente
4. Ruim
5. Péssimo
6. Não sei ou prefiro não informar

14) Como você avalia os equipamentos de esporte e lazer (praças, parques etc.) em seu bairro?

1. Ótimo
2. Bom
3. Indiferente
4. Ruim
5. Péssimo
6. Não sei ou prefiro não informar

15) A área onde reside está sujeita a uma ou mais das situações de risco abaixo: (pode marcar mais de uma alternativa)

1. Alagamentos/enchentes
2. Deslizamentos/desbarrancamentos

3. () Área próxima à lixões
4. () Próxima a área de extração mineral
5. () Faixa de domínio de rodovias/ferrovias
6. () Próxima a linhas de transmissão de alta tensão
7. () Área de Preservação Permanente
8. () Assentamento precário (favelas)

16) Como você avalia a rede pública de água em seu bairro?

1. () Ótimo
2. () Bom
3. () Indiferente
4. () Ruim
5. () Péssimo
6. () Não sei ou prefiro não informar

17) Como você avalia a coleta de lixo em seu bairro?

1. () Ótimo
2. () Bom
3. () Indiferente
4. () Ruim
5. () Péssimo
6. () Não sei ou prefiro não informar

18) Já houve algum caso de suicídio em sua família?

1. () Sim
2. () Não
3. () Não sei ou prefiro não informar

19) Há casos de alcoolismo em sua família?

1. () Sim
2. () Não
3. () Não sei ou prefiro não informar

20) Quais dos problemas abaixo podem ser vivenciados no seu bairro: (pode marcar mais de uma alternativa)

1. () Uso de substâncias ilícitas (drogas)
2. () Tráfico de drogas
3. () Vandalismo
4. () Extorsão
5. () Furtos e roubos
6. () Outros. Qual: _____

21) Tem posto policial no seu bairro?

1. () Sim
2. () Não
3. () Não sei ou prefiro não informar

22) Você ou alguém da sua família já foi vítima de violência policial?

1. () Sim
2. () Não
3. () Não sei ou prefiro não informar

23) O seu domicílio é:

1. () Próprio – já pago
2. () Próprio – ainda pagando
3. () Alugado
4. () Cedido de outra forma